



GT 39. Estudos etnográficos sobre cidadania

Coordenador(es):

Marcus André de Souza Cardoso da Silva (UNIFAP - Universidade Federal do Amapá)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UNB - Universidade de Brasília)

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre “direitos”, “cidadania”, “igualdade” e “justiça”. Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a “cidadania” como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a “cidadania” é significada por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre “cidadania”.

Controvérsia ética e científica: uma análise sobre reconhecimento e sentidos de (in)justo no processo de regulação da ética em pesquisa

Autoria: Hully Guedes Falcão (InEAC)

Este work tem como objetivo analisar as controvérsias presentes no processo que resultou na publicação da Resolução CNS nº 510/2016 atrelado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) a partir das categorias acionadas pelos atores envolvidos, tais como ?resistência?, ?luta? e ?desrespeito? em diferentes documentos confeccionados pelo Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (FCHSSA), GT CHS - responsável pela construção da referida resolução -, CONEP e reuniões de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP). As categorias acionadas pelos interlocutores da pesquisa evocam um sentimento de desconsideração (Cardoso de Oliveira, 2011), onde os pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais afirmam existir uma desigualdade entre esta área e da Ciências da Saúde - notadamente a biomedicina - no trato e na formulação de políticas científicas na arena pública brasileira. Esse processo também pode ser tomado como uma situação de prova (épreuve) às quais os agentes sociais são submetidos às controvérsias públicas, e, por conseguinte, precisam produzir justificações para definir e qualificar os sentidos de ?(in)justo?, ?ética? e ?ciência? que são colocados em jogo (Thévenot, 2016). Este work é fruto de minha tese de doutorado que teve como objetivo analisar o que chamo de ?burocracia da ética?, na qual busquei compreender a regulação e controle da prática da pesquisa realizado pelo Sistema CEP-CONEP. No período entre 2016 e 2018 acompanhei reuniões do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em ciências humanas e sociais numa universidade do Rio de Janeiro, participei da Comissão de Integridade Científica (CIC) do Instituto Oswaldo Cruz ? IOC/FIOCRUZ e também de eventos realizados por diferentes CEP e CONEP, além de ter participado do processo de abertura de um CEP em ciências humanas e sociais junto à CONEP.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: